

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 62.536 - BA (2015/0188284-9)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : JONHNNY SANTANA ALVES (PRESO)
ADVOGADOS : THIAGO RIBEIRO BARBOZA - BA032164
GERALDO CALASANS DA SILVA JÚNIOR - BA032955
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

EMENTA

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. CRIME DESCRITO NO ART. 157, § 2º, I E II, DO CP. CONDENAÇÃO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA. ALEGAÇÃO DE MOROSIDADE NA REMESSA DOS AUTOS DE APELAÇÃO PARA O TRIBUNAL DE ORIGEM. SUPERVENIENTE ENCAMINHAMENTO. NEGATIVA DO RECURSO EM LIBERDADE. SUPERVENIENTE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA PROGRESSÃO PARA O REGIME ABERTO, COM RECOLHIMENTO DOMICILIAR. RELEVANTE ALTERAÇÃO DO CENÁRIO FÁTICO-PROCESSUAL. PERDA DE OBJETO.

Recurso prejudicado.

DECISÃO

Neste recurso, que se volta contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça da Bahia no HC n. 0014431-39.2014.8.05.0000 (fls. 250/256), busca-se a imediata colocação de **Jonhnnny Santana Alves** em liberdade – condenado à pena de 8 anos e 11 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 20 dias-multa, como incurso no art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal (Ação Penal n. 0010036-24.2012.8.05.0113 – 2ª Vara Crime da comarca de Itabuna/BA – fls. 130/139) –, reconhecendo-se o excesso de prazo pelo Juízo singular para a remessa do recurso de apelação ao Tribunal de origem e a ausência dos requisitos legais para a manutenção da prisão, por ocasião da prolação de sentença.

Às fls. 320/321, deferi a liminar, sob estas razões:

Para a concessão da liminar, medida de caráter excepcional, necessária a ocorrência de indubitado constrangimento ilegal, situação que está presente no caso em análise, em que se pretende o julgamento do recurso de apelação interposto em prol do ora paciente e que, até a presente data, ultrapassados quase dois anos da apresentação das razões recursais (18/12/2012), apenas em 11 de novembro de 2014 foi determinada a intimação do corréu e do Ministério Público para apresentar as razões e as contrarrazões recursais, respectivamente. Contudo, em um juízo de cognição sumária, observo que a liminar deve ser deferida em menor extensão. Explico.

É evidente que a demora no remetimento do recurso ao Tribunal de Justiça, ao

que parece, não é justificável, sendo atribuída exclusivamente ao Juízo de primeiro grau; contudo, a colocação do ora paciente em liberdade, como consequência, não se afigura como melhor solução, haja vista que a negativa do direito de recorrer em liberdade está devidamente fundamentado, com indicação concreta de sua necessidade, notadamente porque é reincidente e possuidor de maus antecedentes, sendo contumaz na prática de delitos. Note-se que o acusado possui alta periculosidade, respondendo a outros processos, inclusive um na Vara do Júri. Como é sabido, é muito grande a criminalidade em Itabuna, sendo uma das cidades mais violentas de todo o Brasil. O acusado, com sua conduta contumaz, contribui, em muito para esse índice, devendo, portanto, ser mantida a prisão anteriormente decretada, para a garantia da ordem pública, já que é bastante provável que uma vez solto, volte a delinquir (fl. 136).

Nesse contexto, tenho, por ora, ser mais prudente **deferir** a liminar para determinar ao Juízo da 2ª Vara Crime da comarca de Itabuna/BA que, **com a máxima urgência, em grau de prioridade**, proceda o remetimento do recurso de apelação interposto em prol de **Jonhny Santana Alves** (Autos n. 0010036-24.2012.805.0113) ao Tribunal de Justiça da Bahia, encaminhando a este Tribunal Superior **documentação comprobatória** do referido envio.

Ouça-se o Ministério Público Federal.

Após, devolvam-se os autos.

Publique-se.

Parecer do Ministério Público Federal às fls. 332/337.

Informações complementares às fls. 351/354, 364/369 e 371/384.

Movimentação processual atualizada – consulta de processos do segundo grau – acostada às fls. 386/387.

É o relatório.

Perdeu o objeto o presente recurso.

A uma, porque houve a remessa dos autos da apelação (n. 0010036-24.2012.8.05.0113) ao Tribunal de Justiça da Bahia, consoante demonstrado na movimentação processual juntada às fls. 386/387.

A duas, porque o Juízo da Vara de Execuções Penais e Medidas Alternativas da comarca de Itabuna/BA, em 17/4/2017, concedeu ao ora recorrente o benefício da progressão para o regime aberto, com determinação de recolhimento domiciliar (PEC n. 0303861-04.2013.8.05.0113 – fls. 378/380).

Tal o contexto, **julgo prejudicado** o presente recurso em *habeas corpus*

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

(arts. 38 da Lei n. 8.038/1990 e 34, XI, do RISTJ).

Publique-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

